

REQUERIMENTO Número / ( .<sup>a</sup>)  
 PERGUNTA Número / XIII ( 3 .<sup>a</sup>)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto: Funcionamento dos terminais de mercadorias geridos pela IP Infraestruturas de Portugal

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No decorrer do último trimestre de 2017, foi tornado pública a intenção da IP de proceder à concessão a privados da gestão dos seus terminais de mercadorias. A acontecer estaríamos perante mais um processo integrado na pulverização da estrutura ferroviária nacional e na sua colocação ao serviço exclusivo de interesses económicos privados. Nas mesmas ocasiões, responsáveis da IP condicionavam o investimento nesses terminais aos interesses dos grupos capitalistas privados, chegando a afirmar que «a IP não irá gastar recursos na melhoria dos acessos e das condições dos terminais sem antes “ouvir” o mercado» e «Não temos investimentos projetados nesses terminais.» Ora, o que se exige é a capacidade pública de planificar o desenvolvimento económico, e não um Estado paralisado e à mercê das opções dos grupos económicos, sempre ávidos de alocar investimento público para lhes garantir dividendos privados. Sem esquecer que a IP, sangrada por Parcerias Público-Privadas, deveria ser um exemplo da falência desse modelo e nunca um local para novas PPP.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo o seguinte: Qual a política prevista para a modernização e valorização dos Terminais de Mercadorias geridos pela IP Infraestruturas de Portugal?

Palácio de São Bento, 18 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)